



7º Encontro Internacional de Política Social 14º Encontro Nacional de Política Social

**Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise**

Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Direitos Geracionais.

A REDE SOCIOASSISTENCIAL DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Sabrina Machado de Barcelos¹

O projeto de pesquisa “Tecendo a rede socioassistencial de atendimento à criança e ao adolescente” possui como objetivo analisar a rede não-governamental de atendimento socioassistencial à criança e ao adolescente na cidade de Campos dos Goytacazes - RJ, considerando sua ação em rede, a fim de compreender se o município vem buscando construir um Sistema de Garantia de direitos que priorize a proteção integral de crianças e adolescentes.

O Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes, (SGDCA) surgiu em 2006, para assegurar e fortalecer a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e se consolidou por meio da Resolução 113 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), a fim de alcançar a proteção integral. Prevê a formação de uma rede de proteção integral que deve atuar de maneira integrada buscando a efetivação dos direitos e desenvolvendo um trabalho de forma intersetorial com instituições, órgãos, ou setores que trabalham com atendimento a criança e adolescente, a fim de propor soluções a problemas e demandas em comuns, não fragmentando as refrações da questão social.

A efetivação prática do Sistema de Garantia de Direitos, ainda é um grande desafio, sendo necessário que os atores organizacionais que compõe o sistema, trabalhem e se articulem em rede para o enfrentamento das questões concretas e comuns. Entretanto, tal trabalho encontra dificuldades com a burocratização e rotinas que não colaboram com a troca intersetorial.

Tendo em vista analisar o trabalho em rede que vem sendo construído a partir da rede não-governamental no município de campos dos Goytacazes-RJ, foram realizadas entrevistas com 14 representantes de entidades, o que representa 66% das entidades que estão registradas no Conselho Municipal de Promoção de Direitos da Criança e Adolescente – CMPDCA.

Todas as entidades entrevistadas manifestaram que o trabalho em rede é importante e que o realiza em seus projetos e ações, sendo através de: atendimentos e encaminhamentos; contatos com órgãos e equipamentos responsáveis pelo público infanto-juvenil (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Fundação Municipal da Infância e Juventude); palestras, oficinas com órgãos da rede; visitas, acompanhamento; reuniões e através do Fórum da Criança e do Adolescente.

As respostas predominantes em como é desenvolvido o trabalho em rede se deu através de encaminhamentos e contra referência, o que mostra ainda que apesar dos entrevistados afirmarem entender a importância do trabalho em rede, este ainda é

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: <sabrinabarcelos24@gmail.com>. Bolsista de Iniciação Científica-FAPERJ.

desenvolvido de forma superficial, não aprofundando a relação de integração e articulação das entidades e instituições.

Foi possível identificar a existência de problemas estruturais de falta de recursos, precarização das políticas públicas, falta de orçamento financeiro que reflete na desresponsabilização do Estado com as questões sociais, mudança constante de endereço dos equipamentos e troca de profissionais.

Desse modo, é de suma relevância se considerar o trabalho intersetorial proposto pela autora Inojosa (2001), em que pensa os problemas e as desigualdades sociais a partir do território e dos sujeitos inseridos no mesmo, para além de setores e disciplinas isoladas, pensar a partir das reais questões dos sujeitos, como educação, saúde, transporte, que foram citadas, de forma em conjunto e que viabilize o aumento da proteção social dos indivíduos.

Referências

INOJOSA, Rose Marie. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade. **Cadernos FUNDAP** n. 22, p. 102-110, 2001.